

**PERSPECTIVAS DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL (2000 – 2005)**

**Andressa Cerqueira Gonçalves**

Graduanda em Licenciatura em Pedagogia

Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

**Faní Quitéria Nascimento Rehem**

Doutora em Política Social, Professora do Departamento de Educação

Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

**RESUMO**

O presente texto refere-se ao plano de trabalho “A produção acadêmica em políticas educacionais para Formação de Professores na Educação Infantil no Brasil (2000-2005)” recentemente aprovado pela FAPESB, que será desenvolvido pelo Centro de Documentação em Educação – CEDE – localizado na Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS – no qual analisaremos as características de teses e dissertações produzidas no período de 2000 à 2005 nos programas de pós-graduação em educação, visando identificar as principais tendências dessa produção em relação as perspectivas de constituição do campo de estudo em políticas educacionais para Formação de Professores na Educação Infantil. Para tanto, a metodologia adotada corresponde ao “Estado da Arte” ou “Estado do Conhecimento”, de cunho qualitativo, pois neste projeto há possibilidade de produzir descrições mais densas e profundas do objeto de estudo (os resumos). Almeja-se articular o que for encontrado na literatura com os resultados da pesquisa denominada “estado da arte”.

**Palavras-chave:** Política Educacional. Produção Acadêmica. Educação Infantil. Formação de Professores.

**INTRODUÇÃO**

O presente trabalho é parte do projeto Questões epistemológicas e metodológicas da produção acadêmica em políticas educacionais no Brasil (2000-2010) o qual tem como objetivo analisar “as características epistemológicas e metodológicas de teses e dissertações sobre políticas educacionais produzidas no período de 2000 a 2010 nos programas de pós-graduação em educação e identificar as principais tendências dessa produção, indicando possíveis contribuições e lacunas em relação às

perspectivas de constituição do campo de estudo em políticas educacionais” que tem por base uma pesquisa anterior que organizou um banco de dados com 1.305 teses e dissertações coletadas no banco de teses da CAPES. Estes dados corroboram com Arretche (2003), ao pontuar que é inegável o recente crescimento dos estudos na área de políticas públicas no Brasil, o aumento das dissertações e teses sobre temas relacionados às políticas governamentais, a criação ou inserção de disciplinas de políticas públicas nos programas de graduação e nos programas de pós-graduação na criação de linhas de pesquisas especialmente voltadas para esse campo do conhecimento.

Neste banco de dados foi possível identificar uma multiplicidade de temas que abrangem a discussão sobre políticas educacionais, segundo Azevedo (2001, p.209)

É importante compreender que as políticas públicas são criadas mediante a luta entre os setores sociais e as escolhas de temas e/ou campos sociais contemplados nestas políticas, e se dão como resultado do grau de enfrentamento, articulação e organização dos grupos envolvidos na relação de poder estabelecida entre estes setores sociais.

Dentre essas diferentes temáticas, a educação infantil e a formação de professores se fazem presentes. Por conseguinte, evidenciamos a importância de um estudo crítico sobre a formação de professores da educação infantil, considerando a pouca produção no campo das políticas educacionais voltadas à infância, conforme identificação de Rehem (2013) de que embora haja um crescimento nas pesquisas sobre criança e sua educação, a ênfase se dá nas análises da prática, do cotidiano em que se destacam as atividades pedagógicas sobre o contexto político.

Ater-se as questões relacionadas as práticas pedagógicas e cotidianas é uma realidade fruto do processo histórico e da construção do campo de atuação dos professores na educação infantil, disseminando o mito da educadora nata. Ou seja,

têm reforçado a imagem do profissional dessa área como sendo o da mulher “naturalmente” educadora, passiva, paciente, amorosa, que sabe agir com bom senso, e que é guiada pelo coração em detrimento da formação profissional (ARCE, 2001, p.167).

Infelizmente, se percebe a reprodução deste mito até mesmo nas publicações oficiais e, como mencionado anteriormente, num contraste significativo das produções.

Ressalta-se, com isso, a necessidade de aprofundar esses estudos, buscando identificar as principais tendências, avanços, lacunas e possibilidades da produção acadêmica sobre políticas educacionais para formação de professores na educação infantil, revelando os múltiplos enfoques e perspectivas. Para tanto, analisaremos as características das teses e dissertações produzidas no período de 2000 a

2005 nos programas de pós-graduação em educação e identificar as principais tendências dessa produção, em relação às perspectivas de constituição do campo de estudo em políticas educacionais para Formação de Professores na Educação Infantil. Para além, almeja-se trazer elementos ao debate sobre as políticas educacionais, possibilitando uma reflexão sobre a formação de professores na educação infantil perpassando as questões do cotidiano, inserindo-a no debate mais amplo do direito político à referida formação.

Este trabalho recebe contribuições de diversos autores e autoras, tais como: Ferreira (2002) e Romanowski e Ens (2006), para aporte teórico sobre “estado da arte”. Arce (2002; 2001), Barreto (2009), Martins (2009), Rehem (2013), Romanowski (2013) e outros para discussão e reflexão acerca das políticas educacionais para formação de professores da educação infantil no Brasil. A formação de professores constitui-se preocupação dos sistemas ensino desde a institucionalização da escola pública no final do século XVII (SAVIANI, 2009; TANURI, 2009 apud ROMANOWSKI), todavia apenas no século XX que a formação pública acontece; sendo que em 1930 o curso de pedagogia e as licenciaturas como formação em nível superior acontece. Em 1937, Anísio Teixeira funda o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), inserindo em sua estrutura uma divisão encarregada de desenvolver pesquisas educacionais no sistema de educação brasileira. O referido instituto impulsiona um novo cenário para formação de professores, e a partir da década de 1980 a pesquisa de/na formação de professores assume relevância.

Segundo Martins (2009), a política de formação de professores apresenta muitas deficiências, caracterizando-a como descontínua, individualista, emergencial, dentre outros adjetivos, baseando-se no âmbito da instrumentalização escolar. Isso implica dizer que ela corresponde a interesses de determinado grupo social, representando uma visão de mundo, pois

Há uma articulação clara e propositalmente pensada, onde os propositores de políticas públicas de formação de professores centram seus interesses nos sujeitos, em suas práticas imediatas e voltadas para si mesma, o que descaracteriza a realidade que é circunscrita por um movimento histórico e cultural recheado de complexidades (MARTINS, 2009).

Estes interesses referem-se à mercantilização da educação e a meritocracia, possuindo a influência dos postulados neoliberais e lógica capitalista, ou seja, tanto a formação de professores da educação infantil quanto a educação são vistos como mercadorias comercializáveis para atender a satisfação dos clientes, sendo que as políticas educacionais atuais, infelizmente, “contribuem para uma visível perda na qualidade de formação teórica e prática dos professores” (MARTINS, 2009). Portanto, põe-se em xeque algumas concepções sobre formação de professor desenhadas pelas políticas

educacionais vigentes, são elas: professor-prático-reflexivo, professor-pesquisador, professor-reflexivo, professor que aprende a aprender e o professor que baseia sua docência na epistemologia da prática, pois como alerta Moraes (2004), citado pelo Martins (2009), estas propostas advogam e defendem uma competência para responder às questões de suas tarefas do cotidiano, o que desintelectualiza, secundariza, desqualifica e esvazia o professor do interesse em produzir conhecimentos o que se estende ao exercício de sua profissão.

## METODOLOGIA

A pesquisa denominada “estado da arte” ou “estado do conhecimento”, segundo Ferreira (2002), nos últimos anos tem produzido um conjunto significativo de pesquisas, sendo

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (FERREIRA, 2002, p. 258).

A partir de pesquisa anterior sobre a produção acadêmica em políticas educacionais e seu banco de dados já organizado contando com 1.283 teses e dissertações coletadas no Banco de Teses da CAPES, analisaremos quais trabalhos tratam de políticas educacionais para Formação de Professores na Educação Infantil, sabendo que este banco foi utilizado para a análise de diversas características gerais dessa produção, tais como: titulação dos trabalhos por ano de defesa e Instituição de Ensino Superior (IES), número de teses e dissertações por eixo e por natureza (mestrado e doutorado), produção das IES por eixo, número de linhas de pesquisa por IES, relação linhas de pesquisas versus número de trabalhos produzidos, relação linhas de pesquisa/instituição, relação de orientadores com 10 (dez) ou mais orientações por IES e eixo, número de trabalhos por país e estado estudados. Cabendo assim, uma análise das características gerais dos trabalhos no eixo da Educação Infantil, sendo necessárias, para isso, estudos mais qualitativos dos resumos.

A opção por um estudo qualitativo neste projeto deve-se à possibilidade de produzir descrições mais densas e profundas do objeto de estudo. Esta segundo Bogdae Biklen (1982 apud LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p.12),

envolve a obtenção de dados descritivos, obtido no contato direto com o pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.

Portanto, pretende-se analisar os aspectos que caracterizam a produção sobre políticas educacionais para formação de professores na educação infantil, tais como: o autor, o orientador, o título, as palavras chave, a linha de pesquisa, a instituição e sua localização geográfica, bem como, identificar as tendências dessa produção a partir da análise dos resultados de pesquisa apresentados nos resumos, pois

pelo seu trabalho como pesquisador que o conhecimento específico do assunto vai crescer, mas esse trabalho vem carregado e comprometido com todas as peculiaridades do pesquisador, inclusive e principalmente com suas definições políticas (Lüdke e André, 1986, p.5).

Ou seja, a discussão dos dados não escapa da nossa interpretação sobre os mesmos.

## CONCLUSÃO

Os estudos referentes ao plano de trabalho “A produção acadêmica em políticas educacionais para Formação de Professores da Educação Infantil no Brasil (2000-2005)” recentemente aprovado pela FAPESB ainda serão realizados, pois estamos na fase inicial, que corresponde à leitura dos textos teóricos para subsidiar as análises das produções encontradas bem como a revisão dos conceitos essenciais ao referido plano, com o propósito de articular o que foi encontrado na literatura com os resultados da pesquisa denominada “estado da arte”.

## REFERÊNCIAS

ARCE, A. **Compre o kit neoliberal para a educação infantil e ganhe grátis os dez passos para se tornar um professor reflexivo.** Educ. Soc., Campinas, v. 22, n. 74, 2001. Disponível em . Último acesso em: 03 jul 2002. doi: 10.1590/S0101-73302001000100014.

ARCE, A. **Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil.** *Cad. Pesqui.* [online]. 2001, n.113, pp.167-184. ISSN 0100-1574. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742001000200009>.

ARRETCHE, M. **Dossiê Agenda de pesquisa em políticas públicas,** 2003.

AZEVEDO, J. M. L. de. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004. 75p.

BARRETO, A. R. **Atualizando o quadro da educação infantil brasileira**. In: BRASIL, Ministério da Educação. *Política de educação no Brasil: Relatório de avaliação*. Brasília: MEC, SEB; Unesco, 2009, p. 243-260. FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educ. Soc.* [online]. 2002, vol.23, n.79, pp.257-272. ISSN 0101-7330. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>

LÜDKE, M, ANDRE, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U, 1986;

MARTINS, A. J. **Educação Infantil, formação de professores e produção de conhecimentos**. MARTINS FILHO, A. J. **Educação Infantil, Formação de Professores e Produção de Conhecimento**. In: XII Conferência Anual, 2009, Niterói RJ. *Realismo e Emancipação Humana: Um outro mundo é possível?*. Niterói RJ: IACR - NIEP- MARX, 2009. v. 1.

REHEM, F. Q. N. **“Coisa de pobre”: a política de educação infantil em Feira de Santana (2001-2008)**. Tese (Doutorado em Política Social), Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. **As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação**. *Diálogo Educacional*, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez., 2006

ROMANOWSKI, J. P. **Tendências da pesquisa em formação de professores**. ATOS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO - PPGE/ME v. 8, n. 2, p.479-499, mai./ago. 2013. Retirado de: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2013v8n2p479-499>. Acessado em: 04.03.2016